

PENSAR A REGIÃO: QUE MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO PARA A REGIÃO DE SETÚBAL? (II)

Neste segundo artigo, irei-me debruçar sobre mais dois vectores importantes para o desenvolvimento económico da Região de Setúbal, a saber: a Actividade Portuária e, a Agricultura e Pescas. Começando pelo primeiro, a Actividade Portuária é, de facto, um sector vital e estratégico para o Desenvolvimento do País e para a economia nacional, como veículo de fluidez das importações e das exportações dos produtos nacionais, para o exterior. No Distrito de Setúbal, existem 2 grandes portos, o de Setúbal e o de Sines, este último, também há muito designado por “Porto de Águas Profundas”, porque tem capacidade para receber as maiores embarcações de grande calado, ao contrário do Porto de Setúbal que, nesta matéria, devido às condições morfológicas da Baía do Sado, tal não é possível de acontecer.

A aposta no Desenvolvimento do Porto de Setúbal, como motor de desenvolvimento económico deste concelho, parece-me inquestionável. A sua história de actuação, ao nível do *Transshipment*, com infra-estruturas bem consolidadas, nomeadamente, o Terminal de Contentores, o Terminal Automóvel da Auto-Europa, terminais de granéis sólidos e líquidos, que servem as indústrias localizadas principalmente, na área industrial nascente da cidade, a exportação de cimento produzida na cimenteira que também queima resíduos industriais perigosos por co-incineração e, a indústria da reparação naval, há décadas localizada e a laborar junto à Reserva Natural do Estuário do Sado, sem falar, nas tradicionais docas de pesca e de recreio existentes em plena zona ribeirinha da cidade, fazem de Setúbal, um pólo aglutinador para o reforço e valorização da actividade portuária, ao nível destes mercados. No entanto, existem limitações e possibilidades de novas actuações/valorizações do Porto de Setúbal.

Como limitações, existe, como já referi, a entrada das grandes embarcações e, do tráfego de mercadorias a elas associado. No entanto, como verdadeira alternativa, de grande aposta nacional, existe o Porto de Sines, usado como uma das grandes portas de entrada para o País, seja não só através da entrada do crude para o abastecimento energético de Portugal, mas também, para o Gás Natural, para o abastecimento de várias unidades industriais da zona, de granéis sólidos e líquidos, etc. O crescimento industrial previsto para os próximos anos (se a recessão e a austeridade não estragarem tudo...) vão fazer de Sines e do seu porto de águas profundas, um dos maiores do País, não só, em termos de dimensões, mas principalmente, em termos de actividade portuária, esperando que este mesmo crescimento contribua decisivamente para o “boom” económico de que tanto a região, como o país precisam. De facto, onde a actividade portuária se espera que continue a exercer a sua influência decisiva na região, será, inevitavelmente, nos concelhos de Setúbal e Sines.

Para o Porto de Setúbal, continuo a pensar convictamente que, com as devidas adaptações, este reúne as condições para acolher um outro tipo de actividade portuária, relacionada com o Turismo: ser um ponto de paragem das rotas de cruzeiros turísticos internacionais. A aposta no Turismo da região de Setúbal, como já tive oportunidade de referir no artigo anterior, juntamente com o potencial de Tróia e, com o galardão das Baías mais Belas do Mundo, justificam, a meu ver, plenamente, esta opção. Não há que ter receio algum desta estratégia. Afinal, uma das grandes potencialidades de Setúbal é, precisamente, o Turismo. No entanto, muito há a fazer, em Setúbal cidade, para poder ser exequível este desígnio, nomeadamente, ao nível da valorização ambiental e sustentável das zonas ribeirinhas, em estreita colaboração com a Câmara Municipal. Tal como há que continuar a apostar no reforço das acessibilidades aos dois portos, à ligação ferroviária de alta velocidade de mercadorias, para a ligação ao exterior, em bitola europeia, a partir de Sines, com ligação à fronteira

espanhola de Caia, passando pela possível futura Plataforma Logística do Poçoirão, interligando o tráfego ferroviário de mercadorias com Setúbal, Lisboa e o Norte/Centro do País, de maneira a constituírem-se como verdadeiras alternativas ao transporte rodoviário, o qual é mais caro em combustível, com mais tempo nas deslocações e mais poluente.

No que toca ao Sector Primário da Economia, Agricultura e Pescas, este tem uma larga aplicabilidade na Região de Setúbal e, deve ser, claramente acarinhado e valorizado, embora, em diferentes perspectivas, até porque, são sectores que estão largamente dependentes das políticas económicas da União Europeia. A agricultura na região de Setúbal tem sido marcada largamente pela produção de diversos produtos frescos e de referência regional, como o típico Queijo de Azeitão, os doces típicos não só da região de Setúbal, mas também, os confeccionados com qualidade ímpar, nos concelhos do sul do Distrito, nomeadamente, Santiago do Cacém e Sines, as frutas da zona de Palmela, como, por exemplo, a famosa maçã riscadinha, o já célebre Moscatel de Setúbal, com galardão internacional atribuído, etc., todas estas produções, das quais, muitas pessoas trabalham com enorme dedicação para que elas sejam constantemente, uma realidade, devem continuar a ser fortemente apoiadas e acarinhadas, através da sua promoção, valorização e divulgação, não só junto das comunidades locais, mas também, como instrumento de divulgação turística. O Desenvolvimento económicos de alguns concelhos deste Distrito depende fortemente destas actividades, nomeadamente, Palmela, Setúbal (Azeitão), Moita, algumas freguesias do Montijo e de Alcochete e, em geral, os 4 concelhos do sul do Distrito de Setúbal.

Algumas medidas devem ser objecto de implementação, a meu ver, com vista a salvaguardar a sua sustentabilidade, nomeadamente, na certificação dos produtos típicos desta região, já referenciados, na defesa e preservação do sector florestal, na valorização do sector agro-pecuário, na formação profissional de jovens agricultores e, na preservação ambiental das actividades agrícolas, através da implementação de medidas agro-ambientais. Muito aqui há a fazer e, com os tempos que correm, a aposta na agricultura deve voltar a ser olhada com seriedade, com bons olhos e com dedicação por parte de todos os agentes intervenientes neste sector primário da economia. Uma ajuda preciosa da União Europeia (EU) seria a revisão da actual Política Agrícola Comum (P.A.C.), com vista a uma reformulação das quotas impostas a Portugal, em variadíssimos produtos agrícolas, que permitisse dar um novo e forte impulso à Agricultura portuguesa e, por consequência, à economia nacional e, à Região de Setúbal, em particular.

Relativamente à pesca, também aqui seria absolutamente necessário, a meu ver, uma enorme reformulação da actual política europeia das pescas, pela EU, que permitisse o reforço desta actividade, nomeadamente, em Portugal, que possui uma enorme área marítima de Zona Económica Exclusiva, através da reformulação das quotas pesqueiras atribuídas a Portugal. Trata-se de um sector de actividade económica com larga tradição e história nesta região, nomeadamente, nos concelhos de Almada (Costa da Caparica), Setúbal, Sesimbra e Sines e, como tal, a pesca deve ser, a meu ver, vista como um sector que deve ser objecto de uma clara aposta de valorização económica para estes concelhos. A conciliação da actividade piscatória com o meio ambiente, parece-me clara e inequívoca, pois visa minimizar os impactes ambientais negativos daí decorrentes, nomeadamente, a estipulação de épocas de defeso para algumas espécies que estejam ameaçadas de extinção ou de inibição do seu crescimento, nomeadamente, as que habitam na Reserva Natural do Estuário do Sado e no Parque Marinho Luís Saldanha. Por outro lado, a frota pesqueira deve ser claramente modernizada, através da concessão de linhas de crédito e de apoios especiais aos armadores pesqueiros para a aquisição de novas, modernas e mais seguras embarcações, apostar claramente na aquicultura e, em geral, apoiar e valorizar fortemente o sector das pescas, como mais um instrumento económico para a valorização da Região de Setúbal em particular e, do país, em geral.

Para além de tudo isto, continuar a apostar também, naturalmente, no sector terciário da economia, ou seja, no comércio e nos serviços, seja estes últimos, privados ou públicos, estejam sob tutela municipal ou governamental. Este sector emprega grande parte da população portuguesa desta região, o qual, assenta também num conjunto de serviços de apoio à população, às empresas e, à sociedade, em geral. Claro está que, não seria correcto, numa estratégia global de valorização económica da Região de Setúbal, deixar este sector de actividade económica tão importante, de lado. Não fazia qualquer sentido...

(continua no próximo artigo...)

JAIME FILIPE PUNA

Engenheiro e Professor do Ensino Superior